

uma transformação mais radical que afecta a relação entre, de um lado, a explicação tópicco-económica e, do outro, a interpretação. É, por isso, que a explicação se deve subordinar à interpretação. É ainda no sonho que o compromisso entre a força e o sentido – entre energética e hermenêutica – se revela. Ao ser um trabalho, justifica-se que o sonho faça apelo a um trabalho de interpretação que lhe corresponda.

Citando o autor, podemos dizer que ‘interpretação é interpretação dos sonhos e o psiquismo é sonho’. O sonho é um modelo *paradigmático*, é o modelo de base de toda a fundamentação da *Deutung*. O conceito de interpretação aparece-nos, pois, como técnica maior e angular da psicanálise. No entanto, diz-nos o autor, ‘a psicanálise, deve evitar a insistência na fundamentação hermenêutica romântica, que se inscreve como fundo na tecitura metapsicológica, para se colocar no rigor hermenêutico de compreender – interpretar – dessubjectivar – factualisar – *transformar*’.

Este livro apresenta-nos um método analítico para fazer falar os textos freudianos, kleinianos, bionianos, para fazer circular o sentido, a fim de, sem parar, *desconstruir* a estrutura aparentemente fechada e rígida do aparelho conceptual. O autor é lapidar quando escreve: ‘Sem teorias psicanalíticas não há psicanálise. Saber as teorias psicanalíticas é essencial. Mas só se pode saber uma teoria psicanalítica quando se ‘psicanalizou’ psicanaliticamente a teoria psicanalítica. Ou seja: qual é o lugar em que o psicanalista passa a ser psicanalista? É quando o psicanalista tem uma metapsicanálise da psicanálise. Há uma metapsicológica e há uma metapsicanálise. O analista que sabe lidar psicanaliticamente com as teorias psicanalíticas sabe, ele próprio, trabalhar psicanaliticamente as teorias. Não sabe a teoria do Édipo, sabe, psicanaliticamente, a teoria do Édipo. Sabe colocar o Édipo no divã. Não é colocar o Édipo do paciente, é colocar o mito de Édipo no seu divã mental. O analista que não construa ou não reconstrua, por sua própria conta as teorias psicanalíticas, não é um psicanalista. E é essa capacidade de lidar, psicanaliticamente, com as teorias psicanalíticas que define a génese da interpretação psicanalítica’.

Estou de acordo. E também estou de acordo com Pontalis (*Entre o Sonho e o Ser*), que

aqui se encontra: ‘O trabalho teórico deveria ser apenas o retomar pelo pensamento das forças que operam na psique, na qual já se ‘trabalha’ e se ‘teoriza’ aquilo que a excita.’ E, como qualquer aparelho, o aparelho teórico ganha em não funcionar bem demais.

Esta obra é um lugar de referências partilhadas: Freud, Klein, Bion, algum Lacan & outros omissos mas implicados. Carlos Amaral Dias, porém, tal como Pierre Menard autor de Quixote – na quimera Borgesiana – cria, também, os seus percursos. Assim, Freud, Klein ou Bion não são agora Freud, Klein ou Bion, mas criação amaraldiana que lhes outorgou resignificação e lugar. A terminar gostaria de acordar um dito de M. Blanchot: *são precisos sempre dois para dizer uma só coisa, porque quem a diz é sempre o outro*.

Vasco Tavares dos Santos

Maria Isabel Clímaco e Luís Moura Ramos. 2003. *Álcool, Tabaco e Jogo: Do Lazer aos Consumos de Risco*. Coimbra: Livraria Quarteto. 260 pp. ISBN: 989-558-018-5.

Realizou-se em Coimbra, a 23 e 24 de Janeiro de 2003, uma conferência subordinada ao tema ‘Álcool, Tabaco e Jogo – Do lazer aos Consumos de Risco’, onde estiveram presentes vários especialistas nestas matérias, nacionais e estrangeiros, da administração pública e das áreas da economia, do direito, da psiquiatria, psicologia e sociologia, com a preocupação de tratar a problemática dos consumos de risco de um modo interdisciplinar. Dos resumos das intervenções dessa conferência – que foi subdividida em quatro, a que chamarei apresentações, subordinadas a outros tantos temas, e com os contributos em forma de comentário dos moderadores dos diversos debates após cada uma das mesmas apresentações – surgiu este livro, compilado pelos Professores Maria Isabel Clímaco e Luís Moura Ramos. A aparente dificuldade de tratamento de disciplinas tão variadas, numa espécie de Torre de Babel do conhecimento, foi resolvida pelos autores de um modo claro, sem deixar de ser rigoroso. Para além da forma clara e acessível como está escrito, o livro é, sem dúvida, uma excelente base para quem se inicia nestas matérias, uma vez que a referida interdiscipli-

naridade traz várias perspectivas e conclusões sobre o assunto que, embora nem sempre coincidentes, permitem formar a nossa opinião com base num vasto leque de conhecimentos e experiências.

Os autores, aliás, terminam o livro com um conjunto de reflexões, das quais destaco o comentário: 'Face à diversidade dos contributos deste livro, pareceu-nos importante um exercício de síntese onde nos esforçámos por cruzar os diversos discursos científicos'. É também o que tentarei nesta recensão, introduzindo algumas observações pessoais que espero contribuam para aumentar o interesse por esta temática.

A primeira apresentação surge à volta do tema da 'Racionalização dos Comportamentos Desviantes' tendo sido iniciada pelo Doutor Allen Gomes que apresentou quatro características comuns aos comportamentos de fumar, beber e jogar: 'São três comportamentos que facilmente se podem revestir de características aditivas, são legais, de acessibilidade fácil e movimentam poderosos interesses económicos'. Depois explica as noções de tolerância, dependência física e síndrome da privação, bem como as causas dessa dependência, para concluir que 'O álcool, o tabaco e o jogo e o consumo em geral são estratégias para reduzir a tensão e tornar mais suportável o insuportável', mostrando que, só entendendo os mecanismos psicológicos da dependência se pode explicar alguma da irracionalidade nos consumos daqueles bens (por que um indivíduo consome um bem que tem consequências negativas para si no futuro?). Ainda neste tema, foram apresentados pelo Professor Frank Chaloupka uma série de modelos económicos e estatísticos, na tentativa de explicar as teorias do 'vício racional', que tenham em conta o efeito preço nas quantidades procuradas. Estes modelos são, porém, objecto de contestação pelo conferencista seguinte, o Professor Maurizio Mistrì, constatando que a premissa base daqueles modelos, a racionalidade do consumidor, não está presente nos consumos de álcool, tabaco e jogo, uma vez que o consumidor racional tem que ser um sujeito autónomo e soberano, o que, claramente, não acontece nos consumos viciantes. Como bem refere o Professor Joaquim Feio, no seu comentário a este tema, estes consumos levam a 'atitudes, situações e comportamentos que esmagam a autonomia ou qualquer veleidade de autonomia do indivíduo'. Para além disso, acrescentaria eu, como

explicar a racionalidade de um consumidor que tem que consumir cada vez uma maior quantidade de bens para satisfazer uma necessidade, quando toda a teoria económica se baseia no contrário?

Parece-me que, nestas abordagens e ao longo de todo o livro, é comumente aceite o facto de estes consumos serem socialmente tolerados. Mas convém não esquecer que isto não quer dizer que sejam totalmente legais. Existe, presumivelmente, para evitar os consumos, legislação que proíbe a venda de álcool e tabaco e que proíbe igualmente o acesso a salas de jogo, nomeadamente a indivíduos menores de idade. Sabendo-se que estes estão menos cientes dos riscos futuros e que é nestas idades que os vícios são mais facilmente adquiridos e mais difíceis de perder no futuro, pensamos que a permissividade, entre nós muito enraizada, na aplicação das leis contribui para a iniciação precoce dos consumos (é referido numa intervenção da segunda apresentação que, segundo a Organização Mundial de Saúde, em 80% dos casos o consumo de tabaco e de álcool inicia-se na adolescência). Por outro lado, podemos questionar até que ponto estes consumos, mesmo na fase em que o indivíduo não está ainda 'viciado', são, de facto, baseados em decisões racionais. Ou seja, em grande parte dos casos, os consumidores destes bens, quando iniciam o consumo, não dispõem de informação sobre as consequências negativas que aquele pode vir a ter, para além de serem fortemente influenciados, principalmente no caso do álcool e do tabaco, por campanhas publicitárias muito agressivas que associam aqueles consumos a estilos de vida equivalentes a sucesso e bem-estar.

A segunda apresentação, sob o tema 'Alcoolismo, Tabagismo e Jogos de Fortuna ou Azar' é dividida em três intervenções, cada uma apresentando dados estatísticos relevantes para cada um daqueles consumos, em vários países europeus, e revelando um interessante trabalho de pesquisa dos seus autores. O comentário final a esta apresentação resume muito bem a discussão, quando refere que o dilema da afectação de recursos entre a saúde de intervenção curativa e o desenvolvimento de estratégias de prevenção e promoção da saúde é hoje uma realidade nas economias ocidentais. E, sempre que os decisores estão ligados ao poder político, sabemos, infelizmente, para que lado pende normalmente a

balança. Como refere o autor do comentário, Dr. António Rodrigues ‘...a segunda [opção] é mais promissora em termos de efectividade, no que respeita aos resultados de saúde, mas é, simultaneamente, desprovida de dividendos políticos imediatos...’.

A terceira apresentação, ‘Políticas de Intervenção – Política de Saúde e de Prevenção’, cruza uma série de dados sobre o consumo do álcool em Portugal e da sua influência na sinistralidade rodoviária com estudos sociológicos sobre o problema do álcool na saúde pública e sobre os efeitos nefastos sobre a família. Devo dizer que sou dos que consideram que o que mata nas estradas em Portugal não é o álcool (ou excesso de velocidade), tantas vezes usado como desculpa. É a má condução e a falta de educação, ou seja, a impreparação técnica e, principalmente, cívica, dos condutores. É esta falta de educação que leva a que um condutor beba, mesmo sabendo que tem que ir conduzir ou que conduza mesmo tendo a noção de que não está em condições de o fazer em segurança, porque ‘bebeu uns copos’. O álcool, por si só, não mata na estrada. O que mata é a (má) condução sob o efeito do álcool.

Na quarta apresentação, ‘Políticas de Intervenção – Política Fiscal e de Regulação’, procuraram os autores analisar a influência dos preços nos consumos do álcool, do tabaco e do jogo, com uma análise económica rigorosa do Professor Pedro Pitta Barros sobre as variáveis que podem influenciar o consumo do tabaco e com uma perspectiva da Professora Maria Isabel Clímaco sobre os comportamentos face à regulação e à tributação, no caso dos jogos de fortuna e azar. A avaliar pelo comentário final do Professor Xavier de Basto, a discussão deste tema rapidamente se desenrolou à volta do papel dos impostos sobre estes consumos. É aceitável que certos impostos, como os impostos especiais de consumo, tenham como objectivo redução dos consumos, principalmente se estes têm efeitos nocivos para os consumidores e até de outras pessoas. Estes impostos são catalogados como ‘impostos do pecado’ (*sin taxes*). No que respeita ao jogo – e todos os autores dos textos a este propósito o referem – ataca-se directamente o pecado sem, porém, atacar o pecador, na medida em que os impostos são taxados sobre os ‘produtores’ do jogo, procurando, como refere o Professor Xavier de Basto uma ‘reciclagem virtuosa do dinheiro envolvido, através de

uma aplicação de parte dele em actividades meritórias’ e, diria eu, pouca influência têm no controlo do consumo.

Quanto ao consumo do tabaco, retira-se do texto que o aumento da carga fiscal pode contribuir de forma não desprezível para a luta anti-tabaco, uma vez que estudos recentes mostram que os consumidores mais jovens são particularmente sensíveis a variações de preço e que estes consumidores ainda estão numa fase inicial do consumo e, portanto, têm maior capacidade para deixar de fumar. Só parcialmente, porém, posso concordar com este argumento. Embora não menosprezando o potencial que tem o preço de um bem para dissuadir consumos, sabemos que hoje que a taxa de imposto de consumo sobre o tabaco em Portugal é já superior a 80% e que, segundo dados das Contas Gerais do Estado entre 1997 a 2001, o valor daquele imposto representa mais de 20% do valor das transferências do estado para o Serviço Nacional de Saúde. Tendo em conta que este valor não é gasto, com toda a certeza, no combate a doenças causadas pelo tabaco, incluindo campanhas anti-tabágicas, podemos concluir que as políticas fiscais e de regulação dos estados e, designadamente, as referentes ao tabaco, têm menos em vista o objectivo da eficiência e do bem-estar físico e económico das populações e mais a obtenção expedita de receitas. Quanto ao consumo do álcool, na medida em que, segundo os mais recentes estudos médicos, um consumo baixo ou moderado de certas bebidas tem sido considerado neutro ou até benéfico, considero que a sua penalização por via fiscal é cada vez menos aceite.

Em resumo, *Álcool, Tabaco e Jogo: Do Lazer aos Consumos de Risco* é um livro que alerta para o aparecimento de teorias de estudo dos comportamentos humanos destinadas a explicar a aparente contradição e irracionalidade do consumidor destes bens, a que podemos chamar consumos viciantes. Ao mesmo tempo, o livro dá indicações de rumo para as acções em matéria de política de saúde e política fiscal, na tentativa de evitar as consequências negativas destes comportamentos. Só tenho pena que, para os apreciadores de um charuto e de um conhaque no final de uma boa refeição, ou do tentador tilintar do jackpot num qualquer casino, pouco se tenha falado da fronteira (e se ela existe) entre o lazer e os consumos de risco.